

RECURSO ESPECIAL Nº 1.818.874 - RS (2019/0166980-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : L N T DE A
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça desse Estado.

Depreende-se dos autos que o recorrido foi pronunciado pelo crime previsto no art. 121, § 2º, inciso III, V e VII, do Código Penal, na forma tentada, bem como pelos delitos do art. 157, § 2º, incisos I e II, do CP, e do art. 244-B da Lei n. 8.069/1990.

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso do Ministério Público e deu parcial provimento ao recurso do réu para excluir a qualificadora prevista no inciso V do § 2º do art. 121 do CP.

Nas razões do recurso especial, o Ministério Público sustenta "*negativa de vigência ao artigo 121, parágrafo 2º, inciso V, do Código Penal, e aos artigos 74, parágrafo 1º, e 413, caput e parágrafo 1º, do Código de Processo Penal*" (e-STJ fl. 626). Alega que a qualificadora de assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime (inciso V) é compatível com aquela prevista no inciso VII (contra autoridade). Ao final, requer o restabelecimento da decisão de pronúncia.

Contrarrazões às e-STJ fls. 637/643.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso especial (e-STJ fls. 667/672).

É o relatório.

O acórdão recorrido excluiu a qualificadora prevista no inciso V do § 2º do art. 121 do Código Penal da pronúncia nos seguintes termos (e-STJ fls. 582/586):

Por conseguinte, relevante aduzir que, na atual fase processual,

que é de mero juízo de admissibilidade da acusação, somente pode ser operado o afastamento das qualificadoras quando descabidas ou manifestamente divorciadas das provas dos autos e, já adianto, a peça acusatória traz excesso.

A qualificadora do inciso III, do §2º, do art. 121 do Código Penal, assim está descrita na denúncia: "O denunciado cometeu os crimes com emprego de meio que resultou em perigo comum, já que conduzia o veículo roubado em alta velocidade, incompatível para o local, realizando manobras ilegais e perigosas, transpondo canteiros e andando na contramão e sobre a calçada, inclusive, em vias movimentadas, com grande circulação de veículos e pedestres, em plena luz do dia, podendo atingir as outras pessoas que lá se encontravam, indiscriminadamente, colocando em risco a vida e a integridade física delas e o patrimônio alheio."

Referida causa, em tese, tem respaldo no relato da vítima [J], o qual expressamente falou que o réu colocou em risco a vida de outras pessoas com suas condutas; a inimputável [A], que estava na companhia do réu no momento dos fatos, também atestou que "havia bastante gente na rua no momento da colisão dos carros". Ademais, não se pode perder de vista que os fatos supostamente ocorreram em via movimentada desta Capital, por volta das 11h40min, o que torna possível a admissibilidade da qualificadora para análise pormenorizada pelos populares.

Outrossim, relativamente ao fato de que as tentativas de homicídios teriam sido cometidas para ocultação de outro ilícito, e ao mesmo tempo em que praticados contra agentes de segurança, há significativas ponderações a serem apresentadas.

É que no entendimento desta e. Segunda Câmara Criminal, a coexistência das qualificadoras previstas nos incisos V e VII do art. 121, §2º, do Código Penal, configura *bis in idem* em casos como no processo em tela.

Isso porque a atuação do réu em "jogar" o veículo sobre a viatura policial se deu para garantir a impunidade em outro crime, tendo em vista o fato de que, justamente por serem os ofendidos agentes de segurança, estariam tentando impedir a prática criminosa que, em tese, o réu desejava ocultar.

Portanto, afirmar que o recorrente deve ser penalizado por ambos os fatores significaria puni-lo duplamente pela mesma razão: a utilização das tentativas de homicídios como meio para garantir a prática de ilícito e preservar sua impunidade diante do flagrante praticado pelos policiais. Ou seja, seria majorar a pena em razão de ter tentado impedir que os policiais obstassem a prática de outro delito e, ao mesmo tempo, também exasperar sua reprimenda tendo em conta o fato de que tentou atingir os ofendidos exatamente porque eram policiais em vias de inibir a prática criminosa.

Assim sendo, resta evidente que, conquanto estejam as causas

de aumento narradas no tipo penal de modo diverso entre si, neste caso concreto estas acabam por confundir-se, pois compartilham dos mesmos fundamentos - ligados diretamente à profissão das vítimas.

[...]

Destarte, pelo princípio da especialidade, necessário o afastamento da qualificadora do art. 121, §2º, inciso V, do CP, mantendo-se apenas a causa de aumento do inciso VII - relacionada ao delito contra policiais no exercício da função -, encontrando guarida suficiente, a priori, na prova dos autos, a fim de ser encaminhada para apreciação do Conselho de Sentença.

Importante ressaltar que se trata de qualificadora de ordem objetiva, a qual incide sempre que o crime tiver como vítimas policiais em trabalho; frise-se que o pronunciado tinha, teoricamente, ciência de tal situação, tendo em vista que jogou o veículo que conduzia contra a motocicleta e viatura oficial enquanto os policiais estavam no exercício de suas funções (desempenhando atividades de segurança pública). Além do que, nos autos, presentes os indícios de que o réu tinha conhecimento desta circunstância, pois atuou quando estava sendo perseguido na fuga pelas vítimas, policiais.

Vai mantida, por ora, tal causa qualificativa, uma vez que encontra, em um juízo sumário, suporte no conteúdo probatório, sendo o suficiente para esta fase processual.

Registre-se que não se está afirmando que as qualificadoras em questão ocorreram no caso concreto; apenas se diz que há indícios de prova que tornam possível as suas ocorrências, cabendo aos jurados, no momento adequado, decidir sobre a efetiva configuração de cada uma, dando o seu veredicto.

Há de se ponderar que, mesmo na dúvida sobre as qualificadoras, deve a sentença acolhê-las para não retirar do júri a possibilidade de apreciá-las.

Sobre o tema, destaco, ainda, entendimento do e. STF:

[...]

O recurso defensivo, portanto, é parcialmente acolhido para afastar da sentença pronunciatória a qualificadora prevista no inciso V. do §2º, do art. 121 do Código Penal. (Grifei)

Verifica-se que o Ministério Público pretende o restabelecimento da pronúncia ao argumento de que *"a qualificadora de assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime é de ordem subjetiva, admitindo, portanto, a coexistência da adjetivadora contra autoridade, restando desnecessário aquilatar, igualmente, questões outras relacionadas aos motivos do crime"* (e-STJ fl. 628).

Todavia, não impugna com precisão os fundamentos pelos quais o acórdão recorrido entendeu pela impossibilidade de coexistência.

Logo, a fundamentação do recurso especial é deficiente, dissociada das razões expostas no acórdão recorrido, o que atrai o óbice previsto na Súmula n. 284/STF, por analogia.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TESE DE VIOLAÇÃO DO ART. 59 DO CP. RAZÕES DE PEDIR DO RECURSO ESPECIAL QUE NÃO IMPUGNAM, DE MANEIRA ESPECÍFICA, AS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS ANALISADAS DE FORMA DESFAVORÁVEL. SÚMULA N. 284 DO STF. INOVAÇÃO RECURSAL INADMISSÍVEL EM AGRAVO REGIMENTAL. DOSIMETRIA DA PENA. PROPORCIONALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO NA VIA ESPECIAL. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Se, no recurso especial, a parte alega violação do art. 59 do CP, mas as razões de pedir estão dissociadas do aresto estadual e deixam de impugnar, especificamente, as circunstâncias judiciais sopesadas de forma negativa pelo Tribunal a quo, fica caracterizada a deficiência do recurso que impossibilita seu conhecimento, por incidência da Súmula n. 284 do STF.

2. É inviável, em agravo regimental, discutir tese que nem sequer foi deduzida no recurso especial, por se tratar de indevida inovação recursal. 3. A exasperação relacionada a cada circunstância judicial poderá, entre outros critérios, ser calculada com base no termo médio entre o mínimo e o máximo da pena cominada em abstrato ao crime, dividido pelo número de circunstâncias judiciais do art. 59 do CP. Na hipótese, ela foi manifestamente proporcional.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 785.834/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 10/08/2017.)

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 157, § 1º, DO CPP. (I) - ACÓRDÃO RECORRIDO ASSENTADO EM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA 126/STJ. (II) - FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO NÃO REFUTADA. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DO ARESTO IMPUGNADO. APELO ESPECIAL COM FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO AO ART. 184, § 1º, DO CP. DOLO DA CONDUTA.

REEXAME FÁTICO E PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. "É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário" (Súmula 126/STJ).
2. Incide a Súmula 284 do STF nos pontos em que a deficiência da fundamentação recursal inviabiliza a exata compreensão da controvérsia.
3. "A desconstituição do entendimento firmado pelo Tribunal Regional diante de suposta contrariedade a lei federal, buscando a reforma da condenação, ante a alegação de ausência do elemento subjetivo do tipo penal (dolo), não encontra campo na via eleita, dada a necessidade de revolvimento do material probante, procedimento de análise exclusivo das instâncias ordinárias - soberanas no exame do conjunto fático-probatório -, e vedado ao Superior Tribunal de Justiça, a teor da Súmula 7/STJ". (AgRg no AREsp 401.199/RJ, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 12/06/2014)
4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 1.074.808/PE, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 30/05/2017.)

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator